



CADERNO DE PROVAS - TIPO (B)

Nome do candidato:
Número do documento de identidade:
Número de inscrição:
Cargo: EAV - Especialista Técnico 1 - Advogado

Número de Controle:

Sala:

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO, ANTES DE INICIAR AS PROVAS

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Ao receber este caderno, confira inicialmente seus dados pessoais transcritos acima.

1.2. Verifique se o Caderno de Provas está completo. Este Caderno de Provas é composto de 76 (setenta e seis) questões objetivas e uma 1 (uma) questão discursiva. Se estiver incompleto ou apresentar qualquer defeito, informe ao fiscal para que sejam tomadas as providências cabíveis.

1.3. As provas terão duração de **cinco horas**, já incluído o tempo destinado à identificação – que será feita no decorrer das provas – e ao preenchimento da folha de respostas.

1.4. Não é permitido fazer perguntas durante as provas.

1.5. Só será permitido levar o Caderno de Provas, a partir dos últimos 15 (quinze) minutos antes do horário previsto para a conclusão das provas.

1.6. Não é permitido copiar suas respostas por qualquer meio.

1.7. Use caneta esferográfica azul ou preta para preencher sua folha de respostas.

2. CUIDADOS AO MARCAR A FOLHA DE RESPOSTAS DAS PROVAS OBJETIVAS

2.1. A folha de respostas não poderá ser substituída.

2.2. Assinale sua resposta de modo que a tinta da caneta fique bem visível, conforme exemplo:



2.3. Ao terminar as provas, verifique cuidadosamente se passou todas as suas respostas para a folha de respostas.

2.4. Fatores que anulam uma questão:

2.4.1. questão sem alternativa assinalada;

2.4.2. questão com rasura;

2.4.3. questão com mais de uma alternativa assinalada.

3. CUIDADOS AO PREENCHER A FOLHA DE RESPOSTA DA PROVA DISCURSIVA

3.1. Utilize a quantidade de linhas (mínimo 40 - máximo 45) indicada.

3.2. Escreva somente no espaço reservado para sua resposta.

3.3. Não assine nem escreva seu nome na folha de resposta.

3.4. Fatores que anulam a Prova Discursiva:

3.4.1. rasuras ou borrões que prejudiquem a perfeita leitura;

3.4.2. entrelinhas;

3.4.3. letra ininteligível;

3.4.4. utilização de espaço fora do reservado para a resposta;

3.4.5. assinatura, palavra ou marca, fora do local indicado, que possibilite a sua identificação.

OBSERVAÇÕES:

I - O gabarito oficial será divulgado no endereço eletrônico <http://concursos.acep.org.br/bnb2010>, a partir do primeiro dia útil imediatamente após a realização das provas.

II - Consultar informações relativas ao concurso no endereço eletrônico: <http://concursos.acep.org.br/bnb2010>.

LÍNGUA PORTUGUESA

SINGRANDO OS ARES

01 Esta vida airada de saltimbanco das letras ainda me mata.
02 Quando comecei a perpetrar meus livros, os escritores apenas escreviam. Hoje – é o que penso resignadamente, enquanto
03 afivelo o cinto e observo os letreiros de "não fumar" –, há períodos em que o escritor trabalha como funcionário do
04 departamento de vendas da editora e, nesse esforçado mister, às vezes viaja tanto que volta e meia, ao despertar num aposento
05 estranho, leva um certo tempo para descobrir em que cidade está. E eis-me de volta a um avião.
06 Nada como este avião, para lembrar como sou antigo. Tenho a impressão de que, se contasse o que eram as viagens de avião
07 dos velhos tempos, ia ser tido na conta de mentiroso. Escolha de menus na classe econômica, talheres de metal, pratos de
08 louça, refeições quentinhas, precedidas por aperitivos e acompanhadas por vinhos [...].
09 Ninguém pensava em problemas de segurança, não havia a revista e a inspeção a que hoje os passageiros têm de submeter-se.
10 Lembro com um arrepio o dia em que, por eu me encaixar à perfeição num tal perfil do terrorista que algum órgão de
11 segurança americano criou, quiseram me levar em cana em Chicago e quase levam mesmo, tendo os orixás me salvo pelo
12 gongo. E, desse tempo para cá, as coisas só fizeram piorar. Inevitável avaliar as pessoas que embarcaram comigo.
13 O de bigodinho que acaba de se sentar parece um pouco nervoso. Terá inserido em si um supositório explosivo, como agora
14 dizem que é a nova onda, em matéria de terrorismo? Quem vê cara não vê supositório. Só saberei, ou não, depois de chegarmos
15 ao destino.
16 Encaixei-me no que cinicamente chamam de poltrona e pressaguei o dia em que os comissários de bordo empregarão pés-de-
17 cabra para socar nos assentos os passageiros mais graudinhos. Isso com certeza será trombeteado como mais um serviço para
18 maior conforto do passageiro. Não há por que duvidar dessa possibilidade, pois é o mesmo tipo de argumento que vi fazer pouco,
19 num comercial de tevê ou num anúncio de revista. Uma empresa agora não dá mais nada aos passageiros, com a possível
20 exceção de um copo de água de torneira. O resto é vendido, mas ela se gaba disso, enquanto anuncia um cardápio baratinho,
21 para os que tiverem uma queda de curva glicêmica durante o voo e precisarem comer alguma coisa. O que antes era incluído
22 no preço agora é cobrado à parte e isso é qualificado como vantagem para o passageiro.
23 Mas talvez a situação no Brasil não seja tão ruim. Já li sobre diversas novidades em matéria de viagem aérea que espero que
24 não sejam adotadas aqui. Uma delas é a cobrança pelo uso do banheiro do avião. Fico imaginando um passageiro sem um
25 vintém no bolso e sem cartão de crédito. Se o problema for xixi, menos mal, talvez. Pode dar para pedir aos demais que olhem
26 para o outro lado, enquanto a questão é resolvida da melhor forma viável, a necessidade é a mãe da invenção. Em casos mais
27 graves, quero crer que, movidos não tanto pela solidariedade quanto pelo instinto de sobrevivência, os passageiros nas
28 proximidades da vítima da infausta premência farão uma vaquinha para pagar o banheiro dela. Nada que, com boa vontade,
29 não possa ser resolvido e, como sempre, o mercado encontrará soluções.
30 Em outro exemplo, a companhia aérea cobra dobrado, se o traseiro do passageiro ultrapassa determinadas proporções. Isso
31 provavelmente é divulgado como um serviço espontâneo em prol da saúde pública, por incentivar a manutenção de um corpo
32 esbelto, sem enxúndias que façam mal ao organismo e ao bolso. No início, acredito que os gordinhos terão os fundilhos
33 medidos por funcionários especializados ou por nadegômetros eletrônicos, mas logo essa tarefa, por acarretar custos quicá
34 onerosos, será repassada ao consumidor, que, ao comprar a passagem, terá de informar suas medidas posteriores, aceitando ter
35 de tomá-las novamente no *check-in*, nos casos em que houver a suspeita de que as declaradas não correspondam à realidade.
36 Não existe razão para crer que as mudanças vão parar aí. Não haverá de ser tão impossível assim que, ao menos em viagens
37 curtas como as entre o Rio e São Paulo, passem a ser aceitos passageiros em pé, como nos ônibus e trens urbanos. A preços
38 baixos, essas viagens talvez tivessem uma freguesia apreciável.
39 Quem sabe se, para quem more em Congonhas e se veja surpreendido em Guarulhos pela Mãe de Todos os Engarrafamentos,
40 não seria uma opção prática para voltar para casa antes da meia-noite. Mas chega de mau humor e caturrice, o avião já
41 aterrisou. Ligeiro sobressalto, depois que um comissário fez um pequeno discurso sobre a limpeza da aeronave para os
42 próximos passageiros. Seremos solicitados a realizar essa tarefa? Não, ainda não chegamos lá. Mas, dentro em breve, acho que
43 podemos esperar que nos cobrem uma porcentagem do valor do bilhete como taxa de faxina – mais um serviço de nossa
44 companhia aérea favorita.

RIBEIRO, João Ubaldo. *Singrando os ares*. O Globo, Domingo, 25 out. 2009.

01. Analise os períodos a seguir.

- I. “Escolha de menus na classe econômica, talheres de metal, pratos de louça, refeições quentinhas, precedidas por aperitivos e acompanhadas por vinhos” (ℓ. 7-8).
- II. “Ninguém pensava em problemas de segurança, não havia a revista e a inspeção a que hoje os passageiros têm de submeter-se” (ℓ. 9).
- III. “O resto é vendido, mas ela se gaba disso, enquanto anuncia um cardápio baratinho, para os que tiverem uma queda de curva glicêmica durante o voo e precisarem comer alguma coisa” (ℓ. 20-21).
- IV. “Não existe razão para crer que as mudanças vão parar aí” (ℓ. 36).

Assinale a alternativa que apresenta os períodos nos quais se podem encontrar orações subordinadas substantiva, adjetiva e adverbial.

- A) I, II e III.
- B) II e III.
- C) III e IV.
- D) I, II e IV.
- E) II, III e IV.

-
02. Assinale a alternativa referente ao processo de formação de palavras de que resultou o vocábulo “nadegômetros” (ℓ. 33).
- A) Derivação prefixal.
 - B) Derivação imprópria.
 - C) Hibridismo.
 - D) Reduplicação.
 - E) Justaposição.
03. As formas aumentativas ou diminutivas podem ser usadas conotativamente, pois nem sempre indicam o aumento ou diminuição do tamanho de um ser ou de um objeto. Assinale a alternativa em que o diminutivo foi usado, predominantemente, com uma carga de ironia.
- A) “...refeições quentinhas...” (ℓ. 8).
 - B) “...os comissários de bordo empregarão pés-de-cabra para socar nos assentos os passageiros mais graudinhos” (ℓ. 16-17).
 - C) “O resto é vendido, mas ela se gaba disso, enquanto anuncia um cardápio baratinho...” (ℓ. 20).
 - D) “No início, acredito que os gordinhos...” (ℓ. 32).
 - E) “...terão os fundilhos medidos por funcionários especializados ou por nadegômetros eletrônicos...” (ℓ. 32-33).
04. Analise os três períodos a seguir, retirados do texto.
- I. “...nesse esforçado mister, às vezes viaja tanto que volta e meia, ao despertar num aposento estranho, leva um certo tempo para descobrir em que cidade está” (ℓ. 4-5).
 - II. “Encaixei-me no que cinicamente chamam de poltrona e pressagiei o dia em que os comissários de bordo empregarão pés-de-cabra para socar nos assentos os passageiros mais graudinhos” (ℓ. 16-17).
 - III. “Mas chega de mau humor e caturrice, o avião já aterrissou” (ℓ. 40-41).
- Sem prejuízo da sintaxe e do sentido, assinale a alternativa em que os sinônimos podem substituir as palavras sublinhadas, na ordem das afirmativas.
- A) Cargo, predizia, turra.
 - B) Emprego, vaticinarei, cisma.
 - C) Trabalho, prognosticar, birra.
 - D) Ofício, predisse, teimosia.
 - E) Ocupação, profetizasse, obcecação.
05. Assinale a alternativa **CORRETA** quanto à classificação da palavra “eis”, no trecho: “E eis-me de volta a um avião” (ℓ. 5).
- A) Advérbio, com sentido de lugar, segundo a Nomenclatura Gramatical Brasileira.
 - B) Conjunção, empregada para mudar a sequência do enunciado anterior, que ficou suspenso.
 - C) Tem classificação à parte na Nomenclatura Gramatical Brasileira e é usada para denotar designação.
 - D) Advérbio e pode ser substituída por outro advérbio de tempo.
 - E) Verbo, usado para apresentar algo ou alguém, geralmente presente ou próximo dos interlocutores.
06. Assinale a alternativa **CORRETA** quanto à classificação da partícula “que” no trecho: “Já li sobre diversas novidades em matéria de viagem aérea que espero que não sejam adotadas aqui” (ℓ. 23-24).
- A) Conjunção subordinativa integrante; pronome relativo.
 - B) Conjunção coordenativa explicativa; pronome relativo.
 - C) Pronome relativo; pronome relativo.
 - D) Conjunção subordinativa integrante; conjunção coordenativa explicativa.
 - E) Pronome relativo; conjunção subordinativa integrante.
07. Tal como “escritores” e “escreviam” (ℓ. 2), há vocábulos que se agrupam em torno de um radical comum, que, às vezes, se conserva intacto ou sofre alterações ao longo do tempo. Assinale a alternativa que apresenta palavras pertencentes à mesma família.
- A) Povoar; povaréu; despovoamento; superpopulação.
 - B) Povoar; povo; popúleo; popular.
 - C) Povoar; poltronice; popularizar; despovoar.
 - D) Povoar; populacho; politizado; populista.
 - E) Povoar; populário; despovoar; polvorosa.
08. A sabedoria e a experiência do povo levaram ao aparecimento de vários provérbios e ditos populares que são utilizados, da forma original ou desconstruídos, como ilustração, lição, humor ou ironia. Assinale a alternativa que apresenta a desconstrução de um desses recursos linguísticos.
- A) “...tendo os orixás me salvado pelo gongo” (ℓ. 11-12).
 - B) “Quem vê cara não vê supositório” (ℓ. 14).
 - C) “...a necessidade é a mãe da invenção” (ℓ. 26).
 - D) “...o mercado encontrará soluções” (ℓ. 29).
 - E) “...mais um serviço de nossa companhia aérea favorita” (ℓ. 43-44).
-

09. Observe a concordância nominal no trecho: “O de bigodinho que acaba de se sentar parece um pouco nervoso” (ℓ. 13) e assinale a alternativa em que a concordância **NÃO** é aconselhável, do ponto de vista da norma culta.
- A) Comprei meias e sapatos novos.
 - B) Os milhares de pessoas que foram ao show não ficaram satisfeitas com o espetáculo.
 - C) Vai anexo os pareceres da Consultoria Jurídica.
 - D) Estão adequados o título e a conclusão.
 - E) Ouviu-se um obrigado geral das mulheres presentes.
10. Na ortografia da língua portuguesa, a consoante /s/ pode ser representada, na escrita, pelas letras e dígrafos seguintes: “s”, “ss”, “ç”, “c”, “sc”, “x” e “xc”, como se observa em várias palavras do texto. Assinale a alternativa em que todas as palavras estejam **CORRETAMENTE** grafadas.
- A) Exceto, convalescença, presságio, obsceno.
 - B) Extinção, consenso, extensão, realçar.
 - C) Submerso, auxílio, consciência, contorsão.
 - D) Aproximar, distorção, ranso, insosso.
 - E) Abstenção, cresça, ascensão, conversão.
11. Assinale a alternativa em que a utilização do acento indicativo de crase está **CORRETA**, tal como no trecho: “... por eu me encaixar à perfeição num tal perfil do terrorista...” (ℓ. 10).
- A) Deverá ser conhecido o resultado daqui à uma semana.
 - B) O resultado poderá ser divulgado da meia-noite às duas da manhã.
 - C) Na sua argumentação, os servidores não deram atenção à situações específicas.
 - D) Ele prefere escrever à lápis.
 - E) Procure a diretora e dirija-se à ela com todo o respeito.
12. Assinale a alternativa **CORRETA**, quanto à justificativa para o uso do travessão no trecho: “Hoje – é o que penso resignadamente, enquanto afivelo o cinto e observo os letreiros de “não fumar” –, há períodos em que o escritor trabalha como funcionário do departamento de vendas da editora...” (ℓ. 2-4).
- A) Para indicar, nos diálogos, a fala dos interlocutores.
 - B) Para separar orações subordinadas adverbiais.
 - C) Para separar orações coordenadas assindéticas.
 - D) Para dar realce a uma explicação, complementação ou conclusão.
 - E) Para isolar termos ou orações no interior de um período, à semelhança dos parênteses.
13. Assinale a alternativa em que apenas o primeiro termo dos substantivos compostos vai para o plural, com fundamento na grafia, como ocorre em “pés-de-cabra” (ℓ. 16-17).
- A) Salário-família, mula-sem-cabeça, peixe-espada.
 - B) Grão-mestre, obra-prima, amor-perfeito.
 - C) Bate-boca, grão-duque, pé-de-cabra.
 - D) Abaixo-assinado, sempre-viva, carta-bilhete.
 - E) Água-marinha, guarda-chuva, pão-de-ló.
14. Considerando a concordância verbal no trecho: “...não havia a revista e a inspeção a que hoje os passageiros têm de submeter-se” (ℓ. 9), assinale a alternativa que justifica o emprego do infinitivo pessoal flexionado.
- A) Verbo no infinitivo tem como sujeito um pronome pessoal átono.
 - B) Verbo no infinitivo tem como sujeito o mesmo das orações anteriores.
 - C) Verbo no infinitivo não tem sujeito.
 - D) Verbo tem sujeito próprio, distinto do sujeito da oração principal.
 - E) Verbo no infinitivo tem como sujeito um pronome indefinido.
15. Faça a correspondência entre a coluna da direita e a da esquerda, relacionando as palavras que expressam mais adequadamente o sentido do texto.
- | | |
|-----------------------|--------------|
| (1) Airada (ℓ. 1) | () Infeliz |
| (2) Perpetrar (ℓ. 2) | () Leviana |
| (3) Infausta (ℓ. 28) | () Gorduras |
| (4) Enxúndias (ℓ. 32) | () Cometer |

Assinale a alternativa com a sequência **CORRETA**.

- A) 2-3-4-1
- B) 3-1-4-2
- C) 2-4-1-3
- D) 4-1-2-3
- E) 1-4-3-2

16. A interrogação pode ser expressa por meio de uma oração, cuja parte final apresenta entoação ascendente, ou por uma oração iniciada por pronome ou advérbio interrogativo. Há, também, um tipo de interrogação, chamada indireta, que se faz por meio de um período composto, em que a pergunta está contida numa oração subordinada de entonação descendente. Assinale a alternativa que apresenta uma interrogação indireta.
- A) “Terá inserido em si um supositório explosivo, como agora dizem que é a nova onda, em matéria de terrorismo?” (ℓ. 13-14).
B) “Pode dar para pedir aos demais que olhem para o outro lado...” (ℓ. 25-26).
C) “Quem sabe se (...) não seria uma opção prática para voltar para casa antes da meia-noite” (ℓ. 39-40).
D) “... depois que um comissário fez um pequeno discurso sobre a limpeza da aeronave para os próximos passageiros” (ℓ. 41-42).
E) “Seremos solicitados a realizar essa tarefa?” (ℓ. 42).
17. Assinale a alternativa **CORRETA**, quanto à classificação da oração sublinhada, no trecho: “Tenho a impressão de que, se contasse o que eram as viagens de avião dos velhos tempos, ia ser tido na conta de mentiroso” (ℓ. 6-7).
- A) Oração subordinada adjetiva.
B) Oração subordinada substantiva subjetiva.
C) Oração subordinada adverbial condicional.
D) Oração subordinada substantiva objetiva direta.
E) Oração subordinada adverbial concessiva.
18. No período: “Ninguém pensava em problemas de segurança, não havia a revista e a inspeção a que hoje os passageiros têm de submeter-se” (ℓ. 9), classifique os termos sublinhados, quanto à sua função sintática, na ordem em que aparecem, e assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) Objeto indireto; sujeito; adjunto adnominal.
B) Objeto direto; adjunto adnominal; objeto direto.
C) Complemento nominal; objeto direto; sujeito.
D) Adjunto adnominal; objeto direto; sujeito.
E) Complemento nominal; predicativo; objeto direto.
19. Assinale a alternativa em que o verbo tem a mesma regência que “chamar” no trecho: “Encaixei-me no que cinicamente chamam de poltrona...” (ℓ. 16).
- A) A violência chama por medidas imediatas.
B) Os professores chamaram-no de filho.
C) Nem os amigos o chamavam para qualquer atividade.
D) A criança chama, grita, mas ninguém a atende.
E) Chamou a si as consequências do ato praticado.
20. Com base na análise do trecho “Encaixei-me no que cinicamente chamam de poltrona e pressaguei o dia em que os comissários de bordo empregarão pés-de-cabra para socar nos assentos os passageiros mais graudinhos” (ℓ. 16-17), assinale a alternativa **CORRETA**, quanto à classificação do período e ao número de orações que o constituem.
- A) Período composto por coordenação, com quatro orações coordenadas.
B) Período composto por subordinação e coordenação, com duas orações coordenadas e duas subordinadas.
C) Período composto por subordinação, com duas orações reduzidas e três orações subordinadas.
D) Período composto por subordinação e coordenação, com cinco orações, sendo uma delas coordenada sindética.
E) Período simples, com três orações independentes.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Com base na Lei de Introdução ao Código Civil, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) Em qualquer situação, a lei vigorará até que outra a modifique ou revogue.
B) A lei nova, que estabelece disposições gerais ou especiais, além das já existentes, não revoga, mas modifica a lei anterior.
C) É inadmissível no ordenamento jurídico pátrio o fenômeno da revogação tácita, uma vez que a lei posterior somente revoga a anterior quando expressamente o declare.
D) Pela repristinação, instituto não acolhido, em qualquer hipótese, no ordenamento jurídico brasileiro, a lei revogada restaura-se por ter a lei revogadora perdido a vigência.
E) Em termos de obrigatoriedade do cumprimento da lei, o ordenamento brasileiro repudia a exceção com base no desconhecimento da norma.
22. O inadimplemento é capaz de gerar consequências ao devedor. Sobre esse assunto, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) A cláusula penal é uma estipulação acessória apresentando uma única espécie que é a moratória.
B) Purgar a mora, em sentido jurídico, quer dizer pedir remissão dos valores devidos.
C) Os juros moratórios só poderão ser cobrados em caso de mora se forem convencionados previamente.
D) O devedor não responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, se expressamente não se houver por eles responsabilizado.
E) As arras só podem ser prestadas em dinheiro.

23. Assinale a alternativa que contempla uma cláusula que **NÃO** pode constar no contrato social de uma sociedade limitada.

- A) A previsão da regência supletiva da sociedade limitada pelas normas da sociedade anônima.
- B) A permissão de nomeação de terceiro não sócio como administrador.
- C) A deliberação por sócio mediante reunião, desde que o número de sócios não seja superior a 15.
- D) A divisão do contrato social em quotas desiguais.
- E) A instituição do conselho fiscal.

24. Acerca da sentença e coisa julgada, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Denomina-se coisa julgada formal a eficácia, que torna imutável e indiscutível a sentença, não mais sujeita a recurso ordinário ou extraordinário.
- B) Condenado o devedor a emitir declaração de vontade, a sentença, somente quando transitada em julgado, produzirá todos os efeitos da declaração não emitida.
- C) A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, em nenhuma hipótese beneficiando ou prejudicando terceiros.
- D) O juiz proferirá a sentença, acolhendo ou rejeitando, no todo ou em parte, o pedido formulado pelo autor, sendo-lhe vedado decidir de forma concisa, mesmo nos casos de extinção do processo sem julgamento do mérito.
- E) Não fazem coisa julgada os motivos, desde que irrelevantes para determinar o alcance da parte dispositiva.

25. Sobre a execução no processo civil, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) O credor tem a faculdade de desistir de toda a execução ou de apenas algumas medidas executivas, mas os embargos porventura interpostos somente serão extintos com a concordância do embargante.
- B) São títulos executivos extrajudiciais a escritura pública ou outro documento público ou particular assinado somente pelo devedor.
- C) O juiz somente autorizará a alienação antecipada de bens penhorados, quando estes estiverem sujeitos à deterioração ou depreciação.
- D) O devedor responde para o cumprimento de suas obrigações somente com todos os bens que, à época do início da execução, compõem seu patrimônio.
- E) O executado, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá opor-se à execução por meio de embargos.

26. Sobre o processo cautelar, é **CORRETO** afirmar:

- A) se por qualquer motivo cessar a medida, é defeso à parte repetir o pedido, ressalvada a única hipótese de fazê-lo por novo fundamento.
- B) em face de suas peculiaridades, no processo cautelar, a não contestação do pedido pelo requerido não importa na presunção de veracidade dos fatos articulados pelo requerente, própria do processo de conhecimento.
- C) a eficácia da medida cautelar somente cessa, quando da extinção do processo principal, na hipótese de esta se dar com resolução do mérito.
- D) o indeferimento da medida cautelar, em nenhuma hipótese, obsta a que a parte intente a ação, nem influi no julgamento desta.
- E) o procedimento cautelar, quando instaurado antes do processo principal, não é dependente deste.

27. Acerca do assunto “ação civil”, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Em virtude da tutela que o ordenamento jurídico concede à autonomia privada, o foro das eventuais ações em torno do negócio jurídico pode ser fixado pelas partes contratantes. Trata-se do denominado foro de eleição.
- B) O interesse de agir é condição da ação e se divide em interesse ordinário e interesse extraordinário.
- C) A legitimidade para a causa é pressuposto processual de existência da relação processual.
- D) Declarada a incompetência absoluta, todos os atos processuais, inclusive os atos decisórios, serão nulos, remetendo-se os autos ao juiz competente.
- E) O recurso cabível da decisão que rejeita a exceção de incompetência e a impugnação do valor à causa é a apelação, a qual deve ser recebida apenas no efeito devolutivo.

28. Com base no sistema de provas do processo civil pátrio, analise as afirmativas a seguir e assinale V, se verdadeiras, e F, se falsas.

- () A parte, que alegar direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário, provar-lhe-á o teor e a vigência, ainda quando não haja determinação judicial neste sentido.
- () Quando a lei exigir, como da substância do ato, o instrumento público, nenhuma outra prova, salvo se reputada pelo juiz como mais especial, pode suprir-lhe a falta.
- () A testemunha não é obrigada a depor de fatos que lhe acarretem grave dano, bem como ao seu cônjuge e aos seus parentes consanguíneos ou afins, em linha reta ou na colateral em segundo grau.
- () O juiz deverá dispensar a prova pericial, quando as partes, na inicial e na contestação, apresentarem sobre as questões de fato, pareceres técnicos ou documentos elucidativos que considerar suficientes.

Assinale a alternativa que contempla a sequência **CORRETA**.

- A) F-V-F-V
- B) F-F-F-V
- C) V-F-V-F
- D) V-V-V-F
- F-F-V-F

29. Considerando o contrato de compra e venda, analise as afirmativas a seguir e assinale V, se verdadeiras, e F, se falsas.
- () É anulável a venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido. Em ambos os casos, dispensa-se o consentimento do cônjuge do alienante se o regime de bens for o da separação obrigatória.
 - () A fixação do preço no contrato de compra e venda pode ser deixada ao arbítrio de terceiro, que os contratantes logo designarem ou prometerem designar. Se o terceiro não aceitar a incumbência, ficará sem efeito o contrato, salvo quando acordarem os contratantes designar outra pessoa. É ilícito as partes fixarem o preço em função de índices ou parâmetros, mesmo que suscetíveis de objetiva determinação.
 - () Salvo cláusula em contrário, ficarão as despesas de escritura e registro a cargo do comprador, e a cargo do vendedor as da tradição.
 - () Preempção é o poder do vendedor de coisa imóvel, desde que esteja previsto no contrato de compra e venda, recobrar o bem, restituindo o preço. O exercício do direito se dará no prazo decadencial de três anos.

Assinale a alternativa com a sequência **CORRETA**.

- A) V-V-F-V
- B) V-F-V-V
- C) F-V-V-F
- D) F-F-V-F
- E) V-F-V-F

30. No que concerne ao direito de propriedade, é **CORRETO** afirmar:

- A) o proprietário tem direito a exigir do dono do prédio vizinho a reparação deste, quando ameace ruína, sendo, portanto, vedado qualquer pedido de demolição, bem como que o vizinho lhe preste caução pelo dano iminente.
- B) a propriedade do solo abrange a do espaço aéreo e subsolo correspondentes, em altura e profundidade úteis ao seu exercício, não podendo o proprietário opor-se a atividades que sejam realizadas, por terceiros, a uma altura ou profundidade tais, que não tenha interesse legítimo em impedi-las.
- C) a fiança é um direito real.
- D) o usufruto só pode recair em bem imóvel determinado e especificado em escritura pública.
- E) quando o uso consistir no direito de habitar gratuitamente casa alheia, o titular desse direito não a pode alugar, mas pode emprestá-la.

31. Acerca dos regimes da nulidade no âmbito do processo civil, é **CORRETO** afirmar:

- A) não vige no processo civil o princípio da instrumentalidade das formas.
- B) em sede de nulidades dos atos processuais, o Código de Processo Civil (CPC) alberga, como regra geral, a tese inserida no velho brocardo *pas de nullité sans grief*.
- C) por se tratar de matéria de ordem pública, a nulidade pode ser alegada em qualquer oportunidade pelas partes, não se aplicando o instituto da preclusão.
- D) é nulo o processo, desde o seu início, quando o Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir, em qualquer de suas fases.
- E) quando a lei prescrever determinada forma, sob pena de nulidade, a decretação desta se impõe, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes.

32. Sobre o nome empresarial, analise as afirmativas a seguir, e assinale V, se verdadeiras, e F, se falsas.

- () A denominação, que pode ser individual ou social, é espécie de nome empresarial formada por um nome civil, podendo ser nele indicado o ramo de atividade.
- () A sociedade em que houver sócios de responsabilidade ilimitada operará sob firma, na qual somente os nomes daqueles poderão figurar, bastando, para formá-la, aditar ao nome de um deles a expressão “e companhia” ou sua abreviatura.
- () O nome empresarial não pode ser objeto de alienação.
- () É vedado à sociedade em conta de participação adotar nome empresarial.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência **CORRETA**.

- A) V-V-F-V
- B) F-V-V-F
- C) V-F-F-V
- D) F-V-V-V
- E) F-V-F-F

33. Claudio era casado no regime da comunhão parcial de bens com Helenice, desde março de 2003, e tinha, ao falecer em dezembro de 2009, dois filhos com esta, nascidos em 2004 e 2006. No momento da abertura da sucessão, observou-se que o falecido possuía três apartamentos de igual valor, sendo dois deles adquiridos antes da constância do casamento e o outro adquirido por sucessão de seu pai na constância do matrimônio. Em conformidade com o Código Civil de 2002 e com os fatos apresentados no quesito, é **CORRETO** afirmar:

- A) a cônjuge virago nada sucederá em concorrência com os descendentes.
- B) a cônjuge virago terá direito a 1/3 do acervo hereditário.
- C) a cônjuge virago terá direito a 1/3 do apartamento obtido durante a constância do casamento.
- D) os filhos terão direito a 1/2 do acervo hereditário.
- E) os filhos terão direito 2/3 do acervo hereditário.

34. Sobre condição suspensiva e resolutiva, é **CORRETO** afirmar:

- A) se for suspensiva a condição, enquanto esta não se realizar, vigorará o negócio jurídico, podendo exercer-se, desde a conclusão deste, o direito estabelecido.
- B) subordinando-se a eficácia do negócio jurídico à condição resolutiva, enquanto esta se não verificar, não se terá adquirido o direito ao qual visa.
- C) são lícitas, em geral, todas as condições não contrárias à lei, à ordem ou aos bons costumes. Entre as condições defesas se incluem as que privarem de efeito, no todo ou em parte, o negócio jurídico, ou o sujeitarem ao puro arbítrio de uma das partes.
- D) se alguém dispuser de uma coisa sob condição suspensiva, e, pendente esta, fizer quanto àquela novas disposições, estas não terão valor, realizada a condição, se com ela forem incompatíveis.
- E) reputa-se verificada a condição, quanto aos efeitos jurídicos, cujo implemento for maliciosamente obstado pela parte a quem favorecer, considerando, ao contrário, não verificada a condição maliciosamente levada a efeito por aquele a quem não aproveita seu implemento.

35. Assinale a alternativa **CORRETA**, acerca dos institutos da Prescrição e da Decadência, na órbita do Direito Civil Brasileiro.

- A) O prazo prescricional pode ter sua fluência impedida, suspensa ou interrompida, enquanto na decadência isto não ocorre em nenhuma hipótese.
- B) A decadência advém exclusivamente da lei, enquanto a prescrição decorre da lei e da vontade das partes.
- C) Tanto prescrição quanto decadência são renunciáveis, ainda quando decorram da lei.
- D) O juiz pode conhecer, de ofício, da prescrição e da decadência, em qualquer grau de jurisdição, quer decorrendo da lei, quer da vontade das partes.
- E) A renúncia à prescrição pode ser expressa ou tácita, e somente valerá, sendo feita, sem prejuízo a terceiro, depois que a prescrição se consumir.

36. Assinale a alternativa **CORRETA**, acerca do adimplemento e da extinção das obrigações.

- A) Se “A”, ao adquirir imóvel gravado com hipoteca, paga o débito hipotecário ao Banco “X”, com o intuito de desonerar o imóvel adquirido do gravame, este sub-roga-se na condição de credor, em relação ao devedor hipotecário “B”.
- B) Pelo instituto da imputação em pagamento, sendo “C” devedor de dois débitos de mesma natureza em relação a “D”, sendo um líquido e vencido e um ilíquido e não vencido, lhe é facultado indicar a qual destes oferece pagamento.
- C) Se, na dação em pagamento, “E”, credor, torna-se evicto da coisa recebida em pagamento, restabelece-se a obrigação primitiva, ficando sem efeito a quitação dada, inclusive em relação aos direitos de “F”, terceiro coobrigado.
- D) Na novação, “G”, o credor, em qualquer caso, tem ação regressiva contra “H”, o devedor primitivo, em sendo caso de “I”, o novo devedor, ser insolvente.
- E) Sendo “J” e “K” credores e devedores recíprocos, podem estes compensar dívidas líquidas, vencidas e de coisas infungíveis.

37. Sobre pagamento nas relações obrigacionais, é **CORRETO** afirmar:

- A) o terceiro não interessado, que paga a dívida em seu próprio nome, tem direito a reembolsar-se do que pagar, mas não se sub-roga nos direitos do credor.
- B) o pagamento feito de boa fé ao credor putativo não é válido, ainda que provado depois que não era credor.
- C) é ilícito convencionar o aumento progressivo de prestações sucessivas.
- D) o pagamento reiteradamente feito em outro local não faz presumir renúncia do credor relativamente ao previsto no contrato.
- E) sendo a quitação do capital sem reserva dos juros, é impossível a presunção do pagamento destes.

38. No que tange ao regramento da assistência e da intervenção de terceiros no Processo Civil Brasileiro, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Na solidariedade passiva, quando o credor “A” exige apenas de “B”, um dos devedores solidários, somente parte da dívida comum, é admissível que todos os devedores solidários sejam chamados ao processo.
- B) “C”, alienante de bem a “D”, adquirente, em ação expropriatória em que este é demandado, deve ser nomeado à autoria, a fim de que o adquirente possa exercer o direito que da evicção lhe resulta.
- C) É admissível a oposição de “E”, devedor, unicamente em face de “F”, fiador, quando este, em uma determinada ação, for réu.
- D) “G”, detentor de coisa móvel em nome alheio, sendo demandado em processo judicial no qual “H” reivindica o bem, deverá denunciar à lide “I”, proprietário do imóvel.
- E) A assistência tem lugar em qualquer dos tipos de procedimento e em todos os graus de jurisdição, devendo, outrossim, serem repetidos os atos processuais até então praticados, a fim de se assegurar ao assistente o direito ao contraditório e à ampla defesa.

39. Considerando o regime de bens do Código Civil Brasileiro, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) São bens móveis o solo e tudo quanto se lhe incorporar natural e artificialmente.
- B) Perdem o caráter de imóveis os materiais provisoriamente separados de um prédio, para neste se reempregarem.
- C) As energias, somente quando tenham valor econômico, são consideradas bens móveis para os efeitos legais.
- D) Os bens naturalmente divisíveis podem tornar-se indivisíveis somente por determinação legal.
- E) São móveis os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, ainda que com alteração da substância ou da destinação econômico-social.

40. Cecília inscreveu-se em concurso público de provas e títulos promovido pela União Federal. Foi aprovada na primeira fase. Para que pudesse participar da segunda fase, foi-lhe exigido que apresentasse determinado documento. Entendendo ilegal e arbitrária a exigência, ajuizou ação ordinária com pedido de tutela antecipada contra a União Federal, no sentido de determinar, à parte ré, obrigação de não impedir que a autora participasse da realização da segunda fase e subsequentes, em virtude da não apresentação do documento exigido. A prova da segunda fase realizou-se no dia 15 de agosto, enquanto a ação movida por Cecília foi ajuizada e protocolizada no dia 17 do mesmo mês. Qual das condições da ação a parte autora não preencheu?
- A) Interesse de agir.
 - B) Legitimidade ativa.
 - C) Legitimidade passiva.
 - D) Possibilidade jurídica do pedido.
 - E) Perempção.
41. Analisando o procedimento ordinário, executivo, cautelar e especial, assinale a alternativa **INCORRETA**.
- A) Quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores, ser-lhes-ão contados em dobro os prazos para contestar, para recorrer e, de modo geral, falar nos autos.
 - B) Será retido o agravo das decisões proferidas na audiência de instrução e julgamento e das posteriores à sentença, salvo nos casos de dano de difícil e incerta reparação, nos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida.
 - C) O relator poderá converter o agravo de instrumento em agravo retido, salvo quando se tratar de provisão jurisdicional de urgência ou houver perigo de lesão grave e de difícil ou incerta reparação, remetendo os respectivos autos ao juízo da causa, onde serão apensados aos principais, cabendo agravo dessa decisão ao órgão colegiado competente.
 - D) A prévia intimação pessoal do devedor não constitui condição necessária para a cobrança de multa pelo descumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.
 - E) É competente a autoridade judiciária brasileira, quando no Brasil tiver que ser cumprida a obrigação.
42. Acerca do sistema recursal do processo civil brasileiro, é **CORRETO** afirmar:
- A) o recorrente poderá, a qualquer tempo, mas desde que com a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.
 - B) o recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro, somente quando prejudicado, e pelo Ministério Público.
 - C) o direito de a parte recorrer é mantido, ainda quando esta aceite, tacitamente, a decisão.
 - D) a renúncia ao direito de recorrer não subsiste, em face da discordância da parte adversa.
 - E) o Ministério Público pode recorrer nas ações em que é parte, não lhe subsistindo tal direito quando atuar como fiscal da lei.
43. A respeito da capacidade para ser empresário, de acordo com o Código Civil, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) Faculta-se aos cônjuges contratar sociedade, entre si ou com terceiros, desde que não tenham casado no regime da comunhão universal de bens, ou no da separação obrigatória.
 - B) Somente nos casos de separação de bens, o empresário casado pode, sem necessidade de outorga conjugal, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou aliená-los de ônus real.
 - C) Não poderá o incapaz, ainda que por meio de representante ou devidamente assistido, continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz.
 - D) Podem exercer a atividade de empresário os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos, assim como os relativamente incapazes, em qualquer caso, desde que devidamente assistidos.
 - E) A sentença que decretar ou homologar a separação judicial do empresário e o ato de reconciliação podem ser opostos a terceiros, ainda que antes de arquivados e averbados no Registro Público de Empresas Mercantis.
44. No tocante ao assunto registro do comércio de empresa, **NÃO** é obrigatória a inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis:
- A) de quem explora, profissionalmente e de forma organizada, atividade imobiliária de caráter econômico.
 - B) de quem, profissionalmente e de forma organizada, presta serviço de caráter econômico.
 - C) de quem exerce profissão intelectual de natureza artística, se o seu exercício constituir elemento de empresa.
 - D) de quem explora, profissionalmente e de forma organizada, atividade rural de caráter econômico.
 - E) de quem explora, com intuito econômico, profissionalmente e de forma organizada, a atividade de alimentação.
45. Tendo em vista o procedimento ordinário, executivo, cautelar e especial, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) A ação e a reconvenção podem ser julgadas separadamente, caso o Juiz entenda pela desnecessidade de produção de provas em audiência, nos termos do artigo 330 do Código Processual Civil (CPC).
 - B) A extinção da ação principal, sem julgamento de mérito, obsta o julgamento da reconvenção, que desta é dependente e acessória.
 - C) A característica fundamental do recurso, extensão do direito de ação e de defesa, é o fato de que esse direito processual fundamental é exercido na mesma relação jurídica processual em que foi proferida a decisão recorrida, sem que se instaure novo processo, nem nova relação jurídica processual.
 - D) Ainda que proferida sentença na ação principal, não perde o seu objeto o agravo de instrumento interposto contra a decisão que concede a antecipação dos efeitos da tutela ou o pedido de liminar, haja vista o direito público subjetivo do recorrente ao devido processo legal e ao julgamento do agravo.
 - E) A apelação será recebida em seu efeito devolutivo e suspensivo, quando condenar a parte à prestação de alimentos.

46. É devido o pagamento do aviso prévio de forma integral:

- A) na despedida sem justa causa e na despedida indireta.
- B) na despedida por justa causa.
- C) somente na despedida sem justa causa.
- D) na despedida por culpa recíproca.
- E) somente na despedida indireta.

47. Acerca das diversas espécies societárias, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Nas sociedades simples, pode haver estipulação contratual que exclua o sócio de participar dos lucros e das perdas.
- B) Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.
- C) Na sociedade em comandita por ações, somente o acionista tem qualidade para administrar a sociedade e, como diretor, responde solidária e ilimitadamente pelas obrigações da sociedade.
- D) A companhia ou sociedade anônima terá o capital dividido em ações, e a responsabilidade dos sócios ou acionistas será ilimitada.
- E) Na sociedade em conta de participação, a atividade constitutiva do objeto social e exercida unicamente pelo sócio ostensivo, em seu nome individual e sob sua própria e exclusiva responsabilidade, não participando os demais sócios dos resultados correspondentes.

48. Em relação à duplicata, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) O protesto da duplicata mercantil não aceita não se encontra como requisito essencial para a propositura da competente ação executiva contra o devedor principal.
- B) Na compra e venda mercantil, extraída a fatura, a duplicata pode ser substituída por qualquer outro título de crédito.
- C) O aval dado posteriormente ao vencimento do título não produz os mesmos efeitos que o prestado anteriormente àquela ocorrência.
- D) A emissão de triplicata, nos casos de perda, extravio ou retenção da duplicata pelo comprador, é prática autorizada por lei.
- E) A duplicata pode ser protestada por falta de aceite, devolução ou pagamento. No segundo caso, será tirada por indicações fornecidas pelo portador.

49. No processo de falência, são pagos com preferência aos créditos com garantia real, até o limite do valor do bem gravado:

- A) os créditos derivados da legislação do trabalho, limitados a 200 salários mínimos por credor.
- B) os créditos tributários, independentemente da sua natureza e tempo de constituição, excetuadas as multas tributárias.
- C) os créditos tributários, independentemente da sua natureza e tempo de constituição, incluindo as multas tributárias.
- D) os créditos trabalhistas, de até 100 salários mínimos, cedidos a terceiros.
- E) as remunerações devidas ao administrador judicial e aos respectivos auxiliares.

50. Acerca das férias, em conformidade com o que preceitua a Consolidação das Leis do Trabalho, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) A época de concessão das férias será, em qualquer caso, a que melhor consulte aos interesses do empregador.
- B) Vencido o prazo concessivo de férias, sem que o empregador as tenha concedido, o empregado poderá ajuizar reclamação pedindo a fixação por sentença do período de seu gozo.
- C) Durante as férias, o empregado, sempre que quiser, poderá prestar serviços a outro empregador.
- D) Somente em casos excepcionais, serão as férias individuais concedidas em 2 períodos, nenhum dos quais não poderá ser inferior a 10 dias corridos.
- E) Aos menores de 18 e aos maiores de 60 anos de idade, as férias serão sempre concedidas de uma só vez.

51. Em relação às denominadas horas *in itinere*, assinale a alternativa **CORRETA**, em consonância com a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho.

- A) O tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, por qualquer meio de transporte, em regra, será computado na jornada de trabalho.
- B) Mesmo que haja transporte público regular apenas em parte do trajeto percorrido em condução da empresa, as horas *in itinere* remuneradas, não se limitam ao trecho não alcançado pelo transporte público.
- C) A incompatibilidade entre os horários de início e término da jornada do empregado e os do transporte público regular é circunstância que gera o direito às horas *in itinere*.
- D) A insuficiência de transporte público enseja o pagamento de horas *in itinere*.
- E) O fato de o empregador cobrar, mesmo que parcialmente, importância pelo transporte fornecido, para local de difícil acesso ou não servido por transporte regular, afasta o direito à percepção das horas *in itinere*.

52. Com relação ao regime jurídico referente ao cheque, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) O sacado que paga cheque à ordem é obrigado a verificar a regularidade da série de endossos, assim como a autenticidade da assinatura dos endossantes.
- B) O cheque, qualquer que seja o seu valor, poderá ser emitido ao portador.
- C) Indicada a quantia mais de uma vez, quer por extenso, quer por algarismos, prevalecerá, no caso de divergência, a indicação de menor quantia.
- D) O prazo prescricional da ação de execução do cheque é de 6 meses, contados da data da emissão deste título de crédito.
- E) Segundo o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a mera apresentação antecipada de cheque pré-datado não gera indenização por dano moral.

53. A respeito da Ordem Econômica e Financeira em destaque na Constituição Federal, é **CORRETO** afirmar:

- A) as empresas públicas e as sociedades de economia mista e suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços se sujeitam a regime estatutário, inclusive quanto aos direitos e às obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributárias.
- B) as empresas públicas e as sociedades de economia mista e suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços podem ou não se sujeitar ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributárias.
- C) as empresas públicas e as sociedades de economia mista poderão gozar de privilégios fiscais, não extensivos às do setor privado, excepcionalmente disciplinado em legislação específica.
- D) constituem princípios gerais da atividade econômica a defesa do meio ambiente, a busca do pleno emprego e tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte, constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.
- E) constituem princípios gerais da atividade econômica a defesa do meio ambiente, a busca do pleno emprego e tratamento isonômico para as empresas de pequeno porte, constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.

54. A Constituição Federal assegura direitos sociais aos trabalhadores urbanos e rurais. Assinale a alternativa que contempla esses direitos.

- A) Seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário; fundo de garantia do tempo de serviço; jornada de oito horas, para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.
- B) Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho; garantia de irredutibilidade do salário em qualquer circunstância; remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
- C) Repouso semanal remunerado aos domingos; remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal; gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.
- D) Garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável; décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria; remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
- E) Seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário; fundo de garantia do tempo de serviço; repouso semanal remunerado aos domingos.

55. Em relação à aprovação de súmulas vinculantes pelo Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI), não possuem efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
- B) As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) nas Ações Declaratórias de Constitucionalidade (ADC), não possuem efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
- C) As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) e nas Ações Declaratórias de Constitucionalidade (ADC) possuem efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
- D) A aprovação de súmula com efeito vinculante pelo Supremo Tribunal Federal (STF) depende da decisão da maioria absoluta dos seus membros.
- E) A aprovação de súmula com efeito vinculante pelo Supremo Tribunal Federal (STF) depende de provocação do recorrente, não sendo possível a aprovação de ofício.

56. O meio ambiente ecologicamente equilibrado constitui um direito, incumbindo ao Poder Público para assegurar a sua efetividade, em conformidade com a Constituição Federal e com a Lei que disciplina a política nacional do Meio Ambiente:

- A) definir apenas no âmbito dos bens da União espaços territoriais a serem protegidos.
- B) promover a educação ambiental, a partir do ensino médio.
- C) cumprir os objetivos da Lei que trata da política nacional do meio ambiente, que visa apenas à proteção da flora.
- D) cumprir os objetivos da Lei que trata da política nacional do meio ambiente, que visa em termos gerais à harmonização do meio ambiente com o desenvolvimento sócioeconômico.
- E) promover a elaboração de diretrizes destinados a orientar a ação dos governos municipais, no que se relaciona com a preservação da qualidade ambiental, estando os estados livres das diretrizes, por ser assunto de interesse local.

57. A respeito do controle de constitucionalidade no Direito Constitucional brasileiro, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) As ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante após manifestação do Senado Federal.
 - B) Os legitimados da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) são diversos dos legitimados da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI).
 - C) O controle de constitucionalidade incidental, feita por juízo de primeiro grau, tem por objetivo apenas afastar a incidência da norma viciada. É uma questão prévia.
 - D) A oitiva do Procurador Geral da República, nas ações de inconstitucionalidade, só se justifica quando houver interesse público.
 - E) Ao apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, a União poderá ser citada, por intermédio do Advogado Geral da União, que defenderá o ato ou texto impugnado.
-

58. Sobre equiparação salarial, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Para efeito de equiparação de salários, em caso de trabalho igual, conta-se o tempo de serviço no emprego e não na função.
- B) É do empregador o ônus da prova do fato impeditivo, modificativo ou extintivo da equiparação salarial.
- C) A cessão de empregados exclui a equiparação salarial, embora exercida a função em órgão governamental estranho à cedente.
- D) Na ação de equiparação salarial, a prescrição é total e alcança as diferenças salariais vencidas de todo o período que precedeu o ajuizamento.
- E) O conceito de “mesma localidade”, de que trata o artigo 461 da CLT, refere-se, em princípio, ao mesmo estado ou a municípios de distintos estados.

59. A respeito do procedimento sumaríssimo, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- A) Haverá, assim como no procedimento ordinário, obrigatoriamente, duas tentativas de conciliação.
- B) Os dissídios individuais cujo valor não exceda a 60 vezes o salário mínimo vigente ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo.
- C) Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, somente será admitido recurso de revista por contrariedade expressa à Constituição Federal.
- D) No procedimento sumaríssimo, admite-se a citação por edital.
- E) Nas reclamações sujeitas ao procedimento sumaríssimo, o recurso ordinário não terá revisor e receberá parecer oral do representante do Ministério Público.

60. Analise as afirmativas a seguir sobre o entendimento sumulado pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), assinale V, se verdadeiras, e F, se falsas.

- () A prescrição da pretensão relativa às parcelas remuneratórias alcança o respectivo recolhimento da contribuição para o FGTS.
- () O artigo 522 da CLT, que limita a 7 o número de dirigentes sindicais, não foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988.
- () É aplicável na Justiça do Trabalho a prescrição intercorrente.
- () A relação jurídica trabalhista é regida pelas leis, vigentes no país, da prestação de serviço e não por aquelas do local da contratação.
- () A contratação de servidor público, após a Constituição de 1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no respectivo artigo 37, II e parágrafo 2º, somente lhe conferindo direito ao pagamento das horas contratadas.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência **CORRETA**.

- A) V-V-V-V-F
- B) V-F-V-F-V
- C) V-F-F-V-F
- D) F-F-F-V-V
- E) V-V-V-V-V

61. Analise as afirmativas a seguir sobre jornada de trabalho, assinale V, se verdadeiras, e F, se falsas.

- () Estabelecida jornada superior a seis horas e limitada a oito horas por meio de regular negociação coletiva, os empregados submetidos a turnos ininterruptos de revezamento não têm direito ao pagamento da 7ª e 8ª horas como extras.
- () A interrupção do trabalho destinada a repouso e alimentação dentro, de cada turno, ou o intervalo para repouso semanal não descaracteriza o turno de 6 horas, previsto no artigo 7º, XIV da Constituição para o trabalho em turnos ininterruptos de revezamento.
- () Os intervalos concedidos pelo empregador na jornada de trabalho, não previstos em lei, representam tempo à disposição da empresa, remunerados como serviço extraordinário, se acrescidos ao final da jornada.
- () Não se beneficiam do regime legal relativo aos bancários os empregados de estabelecimento de crédito pertencentes a categorias profissionais diferenciadas.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência **CORRETA**.

- A) F-V-V-F
- B) V-V-F-V
- C) V-F-V-F
- D) V-F-F-V
- E) V-V-V-V

62. Em relação aos recursos trabalhistas, é **CORRETO** afirmar:

- A) somente cabe recurso ordinário para a instância superior, nos casos de decisão definitiva das varas e juízos do trabalho, no prazo de 8 dias.
- B) à decisão unânime de julgamento que revê sentença normativa do Tribunal Superior do Trabalho cabem embargos, no prazo de 8 dias.
- C) o Tribunal Superior do Trabalho, no recurso de revista, examinará previamente se a causa oferece transcendência, com relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.
- D) a formação do instrumento do agravo é de responsabilidade exclusiva do agravante.
- E) vige, no processo do trabalho, a regra geral da recorribilidade das decisões interlocutórias.

63. Leia atentamente o texto a seguir:

“O Banco do Nordeste do Brasil S. A. é o maior banco de desenvolvimento regional da América Latina e diferencia-se das demais instituições financeiras pela missão que tem a cumprir: atuar, na capacidade de instituição financeira pública, como agente catalisador do desenvolvimento sustentável do Nordeste, integrando-o na dinâmica da economia nacional. Sua visão é a de ser referência como agente indutor do desenvolvimento sustentável da Região Nordeste. Sua preocupação básica é executar uma política de desenvolvimento ágil e seletiva, capaz de contribuir de forma decisiva para a superação dos desafios e para a construção de um padrão de vida compatível com os recursos, potencialidades e oportunidades da Região” (http://www.bnb.gov.br/content/aplicacal/o_banco/principal/gerados/o_banco.asp, 2010).

Com base no texto, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) O pessoal do BNB se submete ao regime trabalhista comum, cujos princípios e normas se encontram na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Apesar desse vínculo de natureza contratual, eventuais litígios trabalhistas entre o BNB e seus empregados serão processados e julgados na Justiça Federal, já que o BNB é uma empresa pública Federal que integra a chamada Administração Indireta.
- B) A licitação, em regra, é obrigatória para o BNB. No entanto, a licitação será inexigível se, havendo inviabilidade de competição, o BNB quiser contratar serviços técnicos profissionais especializados de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização para dar continuidade ao seu Programa de Desenvolvimento Gerencial.
- C) Os empregados do BNB, aprovados por concurso público, gozam da estabilidade após três anos de efetivo exercício no cargo. Ademais, podem acumular seus empregos com cargos ou funções públicas por não seguirem o chamado regime estatutário e sim o regime trabalhista.
- D) Por ser uma sociedade de economia mista, com personalidade jurídica de direito privado, o BNB não firma contratos administrativos, mas tão somente contratos de natureza civil. O BNB tampouco se submete ao controle e à fiscalização do Congresso Nacional, dado o seu regime jurídico ser próprio ao das empresas privadas.
- E) Todos os bens que integram o patrimônio do BNB são públicos, e não privados, daí a existência da prerrogativa de impenhorabilidade de seus bens.

64. Sobre responsabilidade do crédito tributário, é **CORRETO** afirmar:

- A) a lei pode atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, desde que com exclusão total da responsabilidade do contribuinte.
- B) são subsidiariamente responsáveis o adquirente ou remitente pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos.
- C) os diretores, gerentes ou representantes de pessoa jurídica de direito privado são, solidariamente com esta, responsáveis pelos créditos tributários resultantes de atos por estes praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos.
- D) a responsabilidade por infrações da legislação tributária independe, em qualquer hipótese, da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.
- E) nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este, nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis, os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores.

65. Assinale a alternativa que contempla o caso de dispensa da licitação.

- A) Quando não acudirem licitantes à licitação anterior e esta não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, caso em que se poderá estipular, desde que justificadamente e mediante parecer técnico do Tribunal de Contas, novas condições necessárias para atrair o interesse do particular.
- B) A contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- C) A contratação de instituição brasileira ou estrangeira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e aplique, pelo menos, 50% dos lucros na manutenção dos seus objetivos institucionais.
- D) Na aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita por meio de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes.
- E) Na contratação realizada por empresa pública ou sociedade de economia mista, com suas subsidiárias e controladas, para a aquisição ou alienação de bens, prestação ou obtenção de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.

66. No tocante ao controle de constitucionalidade e à jurisdição constitucional, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) No processo objetivo de controle concentrado da constitucionalidade, aplica-se, em benefício da União, quando atua no feito, a norma do artigo 188 do Código Processual Civil (CPC).
 - B) A declaração de inconstitucionalidade de uma lei alcança, inclusive, os atos pretéritos praticados com base nesta, sem a possibilidade de invocação de qualquer direito.
 - C) Segundo a sistemática da Lei Federal nº. 9.868/99, uma vez deferida liminarmente a medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade, com suspensão da aplicação da norma questionada, é de se aplicar, integralmente, o direito anterior.
 - D) Não podem ser alcançados, pela eficácia suspensiva de liminar concedida em ação de descumprimento de preceito fundamental, os efeitos de sentenças transitadas em julgado, isto é, acobertadas pela garantia da coisa julgada.
 - E) O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.
-

-
67. Assinale a alternativa que apresenta os Fundos Constitucionais, criados para fins de aplicação dos recursos de que trata o artigo 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal de 1988, e pela Lei Federal nº. 7.827/1989.
- A) Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).
 - B) Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO).
 - C) Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO).
 - D) Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO).
 - E) em face da limitação da área de atuação do Banco do Nordeste do Brasil S.A., gestor dos recursos, somente o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).
68. Sobre os princípios que regem a Administração Pública, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) A legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência são princípios da administração pública, expressamente previstos na Constituição Federal.
 - B) A adoção do princípio da legalidade, pela Constituição Federal, torna inconstitucional a prática de atos administrativos discricionários.
 - C) Aplica-se a teoria do motivo determinante aos casos em que o ato administrativo é vinculado aos motivos previstos em lei.
 - D) O acesso a emprego público em empresa pública e sociedade de economia mista exploradoras de atividade econômica dá-se mediante livre nomeação por parte do chefe do poder executivo da esfera de governo contratante.
 - E) O princípio da tutela implica poder da Administração Pública de revisar e extinguir os seus atos, prescindindo da tutela jurisdicional.
69. No entender doutrinário, o direito ambiental é um ramo do direito público, apesar de o interesse protegido ser difuso e situado numa zona intermediária entre o público e o privado. Sobre a qualificação de bem ambiental, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) Bem ambiental constitui um bem patrimonial público de uso especial.
 - B) Bem ambiental constitui um bem patrimonial público de uso privativo.
 - C) Bem ambiental não constitui um bem patrimonial público, sendo um bem particular.
 - D) Bem ambiental não constitui um bem patrimonial privado, sendo um bem público de uso preferencial.
 - E) Bem ambiental não constitui um bem patrimonial público, nem particular, sendo um bem jurídico próprio, não tendo como identificar o seu titular.
70. No contrato administrativo, **NÃO** é possível à Administração Pública:
- A) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.
 - B) alterar unilateralmente o contrato mediante modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.
 - C) alterar unilateralmente as cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos, por razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato.
 - D) acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, mediante um representante especialmente designado para tanto, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.
 - E) rescindir unilateralmente o contrato, em razão do não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos por parte do contratado, caso em que poderá assumir de imediato o objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar.
71. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:
- A) a compensação, o depósito do montante integral e a anistia.
 - B) a concessão de medida liminar em mandado de segurança, o parcelamento e a isenção.
 - C) a moratória, a transação e a remissão.
 - D) a moratória, o parcelamento e o depósito do montante integral.
 - E) a concessão de medida liminar em mandado de segurança, a anistia e a compensação.
72. Sobre os crimes contra a Administração Pública, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio, é crime de peculato, que não admite a modalidade culposa.
 - B) Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio, é crime de corrupção ativa, que admite a modalidade culposa.
 - C) O crime de concussão é próprio, já que o seu agente é servidor público no exercício de função pública.
 - D) Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, vantagem indevida, em razão de função pública, ou aceitar promessa de tal vantagem é tentativa de corrupção passiva, que apenas se consuma quando o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional.
 - E) O crime de prevaricação, para a sua tipificação, exige finalidade específica, consistente na satisfação de interesse ou sentimento pessoal.
-

73. Em relação ao regime de Administração Especial Temporária das instituições financeiras privadas e públicas não federais, regulado pelo Decreto-Lei nº. 2.321/1987, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Poderá ser decretado pelo Banco Central do Brasil, mas somente na hipótese da existência de passivo a descoberto na instituição financeira.
- B) Poderá ser decretado pelo Banco do Brasil S.A., em hipótese de gestão temerária ou fraudulenta dos administradores da instituição financeira.
- C) Poderá ser decretada pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A., mas desde que em instituições financeiras sediadas em sua área de atuação.
- D) Poderá ser decretado pelo Banco Central do Brasil, na hipótese de descumprimento de normas referentes à conta de Reservas Bancárias nele mantida.
- E) Poderá ser decretado pelo Banco Central do Brasil, pelo Banco do Brasil S.A. e pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A., observadas suas atribuições fixadas em lei.

74. Sobre tributação, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Na ausência de lei expressa, determina o Código Tributário Nacional (CTN) que a utilização dos princípios gerais do direito tributário preceda à utilização dos princípios gerais do direito público.
- B) O crédito tributário decorre da obrigação tributária principal e acessória e tem a mesma natureza destas.
- C) Sempre que possível, os tributos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte.
- D) Não é permitido o uso da analogia em direito tributário.
- E) É vedado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios instituir tributos sobre o patrimônio, a renda e os serviços, uns dos outros.

75. De acordo com a Lei Federal nº. 1.649/52, em relação às atribuições do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) A principal atribuição do BNB é a prestação de assistência, mediante empréstimo, a empreendimentos de caráter reprodutivo, localizados em qualquer estado do Brasil.
- B) Os empréstimos concedidos pelo BNB contemplam a construção de pequenos açudes e de barragens submersas, mas não a perfuração e a instalação de poços.
- C) os empréstimos concedidos pelo BNB não podem contemplar empreendimentos que visem à produção de energia elétrica, por se tratar de serviço público prestado mediante concessão.
- D) os financiamentos de safra agrícola concedidos pelo BNB dependem, necessariamente, da intermediação de cooperativas agrícolas credenciadas junto à instituição financeira.
- E) os financiamentos concedidos pelo BNB, mediante penhor mercantil, dos produtos da região, estão limitados a 80% de seu valor comercial, ou do preço mínimo, oficialmente fixado.

76. Sobre a revogação, é **CORRETO** afirmar:

- A) a revogação implica competência vinculada para extinguir ato administrativo válido, desde que não esteja exaurido.
- B) a revogação implica competência discricionária para extinguir ato administrativo válido, desde que não esteja exaurido.
- C) a revogação implica competência discricionária para extinguir ato administrativo válido, ainda que exaurido, situação na qual terá efeitos *ex tunc*.
- D) a revogação pode ter por objeto ato não válido, situação na qual terá efeitos *ex tunc*.
- E) a revogação pode ter por objeto ato inicialmente vinculado, situação na qual a competência para revogar também será vinculada.

PROVA DISCURSIVA

Um devedor do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) apresenta exceção de pré-executividade contra execução embasada em cédula de crédito rural, alegando como causa de pedir os seguintes pontos:

- a) o cabimento da exceção como substituto dos embargos à execução;
- b) o juízo competente da execução seria uma vara Federal e não vara estadual, tendo em vista a condição de sociedade de economia mista federal do BNB;
- c) a planilha de cálculos que acompanha a petição inicial conteria capitalização de juros, prática que seria vedada pelo entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e
- d) o direito subjetivo do devedor ao alongamento da dívida, rejeitado administrativamente pelo BNB, em momento imediatamente anterior ao ajuizamento da execução, por conta de inadimplemento. O devedor, em função dos argumentos acima expostos, requer que o processo seja suspenso; que seja retirado seu nome do Sistema de Proteção ao Crédito (SPC) e, ao final, o acatamento da exceção, com a extinção do processo. O juiz recebe a petição do devedor, suspende o curso do processo e determina a retirada do nome do devedor inscrito no SPC, intimando o BNB da decisão.

Na qualidade de advogado do BNB, elabore a peça processual adequada, expondo a linha de defesa e a ser adotada em juízo, enfrentando, dentre outras, as seguintes questões: natureza jurídica da exceção de pré-executividade e cotejo com o atual disciplinamento dos embargos à execução; juízo competente nas ações de execução promovidas pelo BNB; o entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre o pacto de capitalização de juros e sobre o alongamento de dívidas oriundas de crédito rural.

ESPAÇO PARA RASCUNHO
